

DÖHLER S.A.
Rua Arno Waldemar Döhler, 145, CEP 89219-902, Joinville/ SC
Companhia Aberta (Código CVM nr. 520-7)
CNPJ 84.683.408/0001-03
NIRE 42 3 0000515-1

Senhores Acionistas,

Tendo em vista a aprovação pelo Conselho de Administração da DÖHLER S.A. ("Companhia"), em reunião de 24 de março de 2017, bem como em obediência a Instrução CVM nº 480, 481/09 a Companhia fornece o presente relatório apresentando:

- Comentários da Diretoria;
- Proposta da Destinação do Lucro Líquido.

Joinville/SC, 24 de março de 2017.

Udo Döhler
Diretor de Relações com Investidores

**ANEXO II – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009**

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

- A diretoria considera as condições financeiras e patrimoniais adequadas para atender todos os compromissos da companhia de curto, médio e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

- Para a diretoria, a estrutura de capital é adequada para atender as necessidades da companhia.
 - i. hipóteses de resgate:
 - Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
 - Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

- A diretoria considera que a companhia dispõe de recursos suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

- Para fazer face as necessidades de pesquisa e inovação a empresa contratou junto a FINEP, financiamentos como demonstrados no anexo II – 10.1 f.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

- A diretoria considera suficientes os seus recursos próprios para atender as necessidades de capital de giro e/ou investimentos em ativos não-circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
- II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- III. grau de subordinação entre as dívidas;
- IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Circulante (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2016	2015	2014
ACC	3,25% à 3,38% + VC	2.314	1.187	1.599
Financ. Imobilizado	2,5% + Euribor	-	-	206
Financ. Capital de Giro	10,5% a 11,46%	-	14.112	10.208
Finep	4,00%	2.909	2.138	973
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	9,808% a 10,277%	381	13	6
PRODEC	Ufir	327	2.225	
Total		5.931	19.675	12.992

Não Circulante (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2016	2015	2014
Prodec	UFIR	-	322	3.568
Finep	4,00%	7.818	8.612	9.009
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	9,808% a 10,277%	850	1.356	606
Total		8.668	10.290	13.183

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

- A companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Contas do Demonstrativo De Resultado Consolidado (Em Milhares De Reais)**

Receita Operacional Bruta	2016	2015	2014
Vendas Mercado Interno	480.898	434.002	446.211
Vendas Mercado Externo	49.005	45.814	32.379
TOTAL	529.903	479.816	478.590
Devoluções e Impostos	-100.730	-81.552	-82.287
Receita Operacional Líquida	429.173	398.264	396.303
Custo Produtos Vendidos	-325.387	-288.097	-268.559
Lucro Operacional Bruto	103.786	110.167	127.744

- O resultado menor em relação aos exercícios anteriores, decorreu em função do aumento acentuado dos custos, que acabaram não sendo absorvidos pelos clientes.

Contas de Ativo e Passivo Consolidado (Em Milhares De Reais)

Período	2016	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.846	62.403	76.254
Clientes	100.839	115.295	97.819
Estoques	112.848	111.345	107.856
Imobilizado	329.996	326.570	314.083
Financiamentos	14.599	29.965	26.175

- A redução do prazo de recebimento de Clientes de 2015 em relação a 2016, permitiu um crescimento na conta Caixa.

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- A receita da companhia e de sua controlada resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos de cama, mesa, banho, decoração e de tecidos técnicos. Nos mercados internos e de exportação, abrangendo linhas para o consumidor final, rede hoteleira e hospitalar e tecidos para roupas profissionais.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- Como mencionado no item 10.1 h, o resultado operacional foi impactado negativamente por uma inflação maior de custos e, de outro lado, por preços não transferidos para os clientes, decorrente de uma maior competitividade do mercado.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

- A receita de exportação registrou um impacto negativo em virtude da perda cambial.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

- O aumento da inflação somado a perda cambial, afetaram negativamente os resultados operacionais e financeiros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

- Não ocorreram eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

- Não ocorreram eventos relevantes.

c) eventos ou operações não usuais:

- Não ocorreram eventos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

Nos exercícios financeiros do período, as demonstrações financeiras da companhia atenderam as disposições da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e bem assim aos pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os efeitos significativos foram registrados no exercício de 2010, decorrentes da recomendação do CPC 27 (ICPC 10) que impactaram sobre a vida útil do imobilizado e do valor patrimonial da empresa.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Foram emitidos sem ressalvas.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

- Atendem as alterações relacionadas as leis 11.638/07 e 11.941/09.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

- Não ocorreram.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

- Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

- Os investimentos em andamento e previstos no consolidado para o exercício, foram orçados em R\$ 20.000.000,00 e distribuídos conforme segue:

• Maquinas e Equipamentos	R\$ 17.500.000,00
• Edificações e Instalações	R\$ 2.500.000,00

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

- Os investimentos serão realizados com recursos próprios da companhia e de terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

- Não estão sendo considerados.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

- Não aplicável.

c) novos produtos e serviços:

- Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

- Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.

**ANEXO II – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009**

13.1 Descrever as políticas ou práticas de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

- A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração não é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
 - A remuneração dos diretores é composta de um único elemento, em forma de pró-labore global e, distribuído igualmente entre os membros da diretoria.
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;
 - Trata-se de elemento único, em forma de pró-labore.
- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
 - Aplicação do percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração:
 - Trata-se de composição única.
- v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
 - Não há.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

- Não aplicável.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

- Não aplicável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

- Acompanha a remuneração do mercado para o setor.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

- Não existe.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

- Não existe.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL - PRÓ-LABORE	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E OUTROS BENEFÍCIOS
2014	Diretoria.	6	3.468 mil	Não possuem
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	172 mil	
2015	Diretoria.	6	3.747 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	187 mil	
2016	Diretoria.	6	4.125 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	206 mil	
2017	Diretoria.	6	4.416 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	220 mil	

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- Não se aplica.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

- Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

31/12/2016	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%
Conselho de Administração	18.275.232	41,94	4.603.428	27,17
Diretoria	18.277.608	41,95	3.738.489	22,07
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00
Outros	7.021.416	16,11	8.600.055	50,76
Total	43.574.256	100,00	16.941.972	100,00

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- A companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, o respectivo valor da remuneração:

ANO	ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
2014	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	578 mil	57 mil
2015	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	624 mil	62 mil
2016	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	687 mil	69 mil

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

- Não se aplica.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- Não se aplica.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

- Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

- Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

- As informações supracitadas são as que a companhia considera relevantes.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2015 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA DÖHLER S.A. A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- Lucro Líquido do Exercício R\$ 15.456.772,31

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Não houve dividendos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- Não houve.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados;

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

- Não houve dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores;

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

b. Informar a data dos respectivos:

- Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabela comparativa indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração		
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Total
2013	40.082.509,45	ON	7.807.054,20	11.146.034,52
		PN	3.338.980,32	
2014	42.237.861,55	ON	7.843.366,08	11.197.876,54
		PN	3.354.510,46	
2015	28.205.252,75	ON	3.921.683,04	5.598.938,27
		PN	1.677.255,23	
2016 (*)	15.456.772,31	ON	0,00	0,00
		PN	0,00	

(*) Proposta da Administração a ser submetida a AGO/E de 27.04.2017.

8. Destinação de lucros à Reserva Legal;

- a) Montante destinado à reserva legal R\$ 772.838,62;
- b) A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício e, seu valor total após a constituição, alcançou 11,44% do capital social, não superando os 20% de limite legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos;

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

- A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório;

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

- O Estatuto prevê o seguinte dividendo obrigatório: “art. 22, Parágrafo 4º, item c) 25%(vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos”.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

c. Informar o montante eventualmente retido:

- Conforme demonstrativo a seguir, não houve lucro para formação da base do dividendo obrigatório:

Lucro Líquido do Exercício	15.456.772,31
(-) Reserva Legal	772.838,62
(-) Subvenção para Investimentos	16.419.055,30
(=) Lucro Base para os Dividendos	-1.735.121,61
Dividendos Propostos	0,00
% Dividendo + JSCP líquido sobre base para Dividendo Mínimo	0%

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia;

a. Informar o montante da retenção:

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

c. Justificar a retenção dos dividendos:

- Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências;

a. Identificar o montante destinado à reserva:

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa:

c. Explicar porque a perda foi considerada provável:

d. Justificar a constituição da reserva

- Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar;

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

- Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias;

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

- O Estatuto prevê a seguinte reserva Estatutária: “art. 22, parágrafo 4º, item d) O saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” será destinado para uma Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. Esta reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social”.

b. Identificar o montante destinado à reserva:

- Montante destinado à reserva estatutária (Reserva para Investimentos) no valor de R\$ 14.683.933,69.

c. Descrever como o montante foi calculado

- O montante do Lucro Líquido do exercício de R\$ 15.456.772,31, diminuído da Reserva Legal no valor de R\$ 772.838,62

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital;

a. Identificar o montante da retenção:

- O montante da retenção é de R\$ 17.938.828,12

b. Fornecer cópia do orçamento de capital:

Orçamento de Capital: Ano 2017

APLICAÇÕES	Valores em R\$
Máquinas e Equipamentos	17.500.000,00
Edificações e Instalações	2.500.000,00
Total	20.000.000,00

FONTES DE RECURSOS	Valores em R\$
Próprios (Reserva de Lucros)	10.000.000,00
Terceiros (Financiamentos)	10.000.000,00
Total de Recursos Previstos	20.000.000,00

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais;

a. Informar o montante destinado à reserva:

- O montante destinado à reserva é de R\$ 16.419.055,30

b. Explicar a natureza da destinação:

- Subvenção para Investimento de Incentivo Fiscal Estadual.